



**PARECER N. 104/2021**

**ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 17/2020**

**PROCESSO N. 69/2020**

**Interessada:** Comissão Permanente de Licitações.

**Assunto:** Aditivo n. 01 ao Contrato n. 17/2020, tendo por objeto a prestação de serviço de telefonia fixa comutado – modalidade local e DDD para a Câmara Municipal de Várzea Paulista.

**1. RELATÓRIO**

Vieram-me os autos para parecer sobre o Aditivo n. 01 ao Contrato n. 17/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de Serviços de Telecomunicações nas modalidades STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado).

A proposta do referido aditivo teve início com justificativas apresentadas pela Diretoria Geral, após a servidora gestora do contrato atestar o cumprimento das obrigações pela contratada ao longo dos últimos 12 (doze) meses. Nestes termos, a Diretoria Geral, anotando a existência de previsão contratual para a prorrogação, concluiu existir justificativa para a prorrogação do Contrato n. 17/2020 (fl. 16).

Ato contínuo, fora realizada pesquisa de preço (fls. 17/118), de modo a se verificar a compatibilidade com os valores praticados no mercado.



# Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



A Comissão Permanente de Licitações ofereceu parecer favorável à realização do aditivo contratual, concluindo não existir óbice para a prorrogação do contrato pelo prazo de mais 12 (doze) meses (fls. 119/120).

Consta, às fls. 122/127, minuta do aditivo contratual e anexos.

Assim, vieram-me os autos para parecer acerca da regularidade do aditamento contratual.

É a síntese do necessário. Opino.

## 2. PARECER

Não vislumbro, **salvo melhor juízo**, qualquer irregularidade na formalização do Aditivo n. 01 ao Contrato n. 17/2020.

**Primeiro** porque, compulsando-se os presentes autos, observo que a **Cláusula Décima** do negócio jurídico (fl. 09), dispondo sobre a vigência do contrato, previu expressamente a possibilidade de prorrogação, nos **limites legais**, a critério da Administração.

Neste pormenor, anoto que a Lei n. 8.666/1993, em seu artigo 57, inciso II, dispõe que *“a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.”*

No caso, tendo a vigência do contrato se iniciado em 03 de agosto de 2020, observo o transcurso do prazo de apenas 12 (doze) meses, de maneira que a prorrogação por igual período, consoante pretendido, atende ao referido comando legal.



## Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Ademais, anoto que a justificativa ofertada também se apresenta consistente, mormente porque, conforme salientado pela gestora do contrato e pela D. Comissão Permanente de Licitações, os serviços estão sendo satisfatórios.

Desse modo, verifico, salvo melhor juízo, a existência de suficiente fundamentação para a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 17/2020.

Outrossim, esclarece a D. Comissão Permanente de Licitações que “o valor global do reajuste está abaixo da correção do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), conforme previsão em cláusula 5ª do contrato)”.

De mais a mais, convém anotar a existência de pesquisas de preços que demonstram que o preço estimado anual, no valor de R\$ 9.628,80 (nove mil e seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), afigura-se mais vantajoso à esta Câmara Municipal, na medida em que inferior aos preços estimados por outras fornecedoras que enviaram suas propostas.

Sobre o tema, Diógenes Gasparini<sup>1</sup> esclarece que:

*“Os preços e as condições de pagamento ofertados pelo contratado para fins de prorrogação com base nesse inciso [inc. II do art. 57] **devem propiciar mais vantagens que os preços e as condições de pagamento praticados pelo mercado**, porque é nesse universo que seriam buscados os preços e as condições de pagamento. Portanto, a comparação para assegurar preço e condições mais vantajosas para a Administração Pública não é feita com iguais elementos consignados no contrato e já praticados pelas partes, mas com os preços e as condições de pagamento verificados no mercado. A razão de ser desse modo é simples: o preço e as condições de pagamento ofertados pelo contratado para fins de*

<sup>1</sup> GASPARINI, Diógenes. Prazo e prorrogação do contrato de serviço continuado. Revista Diálogo Jurídico. Nº 14. JUN/AGO 2002. Salvador. P. 20-21.



# Câmara Municipal de Várzea Paulista

## Estado de São Paulo



*prorrogação podem ser melhores que os praticados em função do contrato, mas piores que os praticados no mercado.”*

Ora, se os orçamentos acostados aos autos (fls. 17/117) demonstram preços expressivamente superiores ao praticado no Contrato n. 17/2020, tem-se que a abertura de novo procedimento licitatório não se compatibilizaria com os princípios da obtenção da proposta mais vantajosa, economicidade e eficiência.

Portanto, seja porque a prorrogação do prazo contratual encontra fundamento legal (artigo 54, inciso II, da Lei n. 8.666/1993), e, ainda, seja porque tal aditamento se afigura mais vantajoso e em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, considerando-se, ainda, a existência de justificativa para a prorrogação com a atual contratada, entendo inexistir, salvo melhor juízo, óbices para a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantendo-se as demais condições contratuais.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelas razões anteriormente expostas e por tudo mais que dos autos constam, entendo inexistir, salvo melhor juízo, qualquer vício ou óbice para a formalização do Aditivo n. 01 ao Contrato n. 17/2020, na forma como sugerida pela D. Comissão Permanente de Licitações.

É o parecer.

Várzea Paulista, 26 de julho de 2021.

**Rafael Ribeiro Silva**  
*Procurador Jurídico*